

ENTRE O PASSADO E O FUTURO: NOTAS SOBRE MEMÓRIA EM TEMPOS DE EXCEÇÃO

Caio Henrique Lopes Ramiro¹



e saída, apresenta-se importante começar a reflexão considerando algumas questões colocadas pelo nosso tempo de agora. O objetivo específico será de meditar a respeito de algumas propostas normativas e alguns discursos que surgiram a partir de lideranças políticas e do mundo dos negócios. Nesse sentido, poderíamos lembrar a primeira e poderosa frase do poema *Aos que vierem depois de nós (An die Nachgeborenen)* de Bertolt Brecht, a saber: “Vivemos em tempos sombrios”. Não obstante, é cediço que nos últimos dias o Brasil também entrou no circuito do novo vírus corona, agora catalogado como Covid-19, contudo, algumas forças políticas e lideranças econômicas insistem em minimizar a potência da pandemia, talvez influenciados por discursos que pregam a negação da ciência, bem como a desconfiança com relação às suas instituições e seus atores centrais, reais agentes de produção e divulgação de conhecimento.

Nosso tempo também é o do domínio da exceção. E, nesse momento, conforme nos alertou Walter Benjamin, torna-se possível verificar com mais clareza o choque das perspectivas históricas, ocorrido entre a tradição dos vencedores e a dos vencidos. No entanto, no que diz respeito a essa última, torna-se necessário à construção de uma memória dos oprimidos para que possam melhor se posicionar na luta política, em termos de Benjamin, inclusive, na batalha contra o fascismo. Não parece fácil uma tarefa que tem por objetivo a construção da memória.

¹ Professor no curso de Direito do Centro Universitário Central Paulista (UNICEP). Agradeço ao amigo prof. Dr. Roberto Bueno pelo diálogo ininterrupto, pelas sempre importantes sugestões e pelo estímulo a publicação.

Todavia, a fim de bem considerar esse conceito, mostra-se importante lembrar com Nietzsche que a dimensão da temporalidade é o elemento central e constitutivo do vir-a-ser-humano. A humanidade dos seres humanos — aquela bastante orgulhosa de sua elevação com relação aos outros animais viventes —, liga-se à temporalidade como dimensão constitutiva e consciência de finitude (GIACCOIA JUNIOR, 2003).

Nesse horizonte de perspectiva, falar em *civilização, cultura e humanidade* impõe uma reflexão acerca das possibilidades da história e, portanto, devem ser considerados os vetores temporais de passado, presente e futuro, porquanto, “é a experiência do fluir do tempo que possibilita a memória do passado, a renovação constante do presente, assim como a expectativa futura de indefinidos instantes presentes renovados” (GIACCOIA JUNIOR, 2003, p. 28). De tal modo, pode-se concluir que o vir-a-ser humano é essencialmente temporal e necessária é a experiência do fluxo da temporalidade, dessa maneira, é capaz de neutralizar o esquecimento e pode fazê-lo por via da lembrança e da memória (GIACCOIA JUNIOR, 2003) e, portanto, “talvez não haja, na inteira pré-história do homem, nada mais sinistro e terrível que sua *mnemotécnica*. Para que algo permaneça na memória, grava-se a fogo; somente o que não cessa de *causar dor* permanece na memória” (GIACCOIA JUNIOR, 2013, p. 29). Logo, trata-se, para construir a memória dos oprimidos, de recuperar a tradição de suas lutas, mas, também, a lembrança da dor, talvez, mais ainda, da falta de sentido da dor.

A partir de tais coordenadas, é possível verificar que alguns dos discursos feitos no Brasil acerca da relativização dos impactos do coronavírus na saúde da população, vozes de lideranças políticas e do mundo dos negócios que exibem as raízes escravocratas da razão governamental, ou seja, aquilo que Foucault chamou de *governamentalidade* liberal, surgida com o fim da segunda guerra planetária, absorve em território brasileiro a crueza dos senhores de escravos. Nesse ponto, ganha sentido

uma reflexão crítica do presente em perspectiva para o futuro, em especial, a respeito daquilo que conhecemos como vida política. Não é de hoje que as expressões crise e economia caminham juntas e impactam a vida dos viventes. A relação entre essas duas palavras de ordem que desde muito vêm servindo para impor medidas de exceção e restrições de direitos às pessoas, diminuindo seu horizonte de expectativas, não surgiu com o Covid-19. A pandemia apenas nos ajuda a notar que para entendermos os fundamentos de tais discursos é preciso levar bastante a sério o que disse Walter Benjamin em um ensaio de 1921, segundo o qual *o capitalismo é uma religião*.

No cenário alemão após o fim da Primeira Guerra Mundial, Benjamin defende a hipótese de que o capitalismo se tornou uma religião, uma vez que “está essencialmente a serviço da resolução das mesmas preocupações, aflições e inquietações a que outrora as assim chamadas religiões quiseram oferecer resposta” (BENJAMIN, 2013, P. 21). Para os nossos dias, talvez o ponto fundamental para pensar com Benjamin é o do reconhecimento do capitalismo como uma religião que se mostra implacável, em certo sentido a mais feroz e irracional das imagens do espectro religioso, na justa medida em que não conhece *redenção* e nem *trégua*. Benjamin destaca que três são os traços que podem ser identificados na estrutura religiosa do capitalismo, a saber: o *culto*; a *duração permanente* do culto e a *culpa*. Dessa forma, o capitalismo é uma religião cultual sob a qual o utilitarismo ganha as feições religiosas e, não obstante, o culto é permanente, significa dizer que não há piedade, pois “para ele, não existem ‘dias normais’” (BENJAMIN, 2013, p.22) e, por fim, trata-se de um culto não expiatório, mas, sim culpabilizador, sendo, talvez, o primeiro caso de uma religião com esse traço de característica. Para Benjamin esse é um aspecto mostruoso, que pretende uma universalização da culpa e busca a retirada do interesse de Deus pela expiação, rompendo, de tal modo, com a transcendência divina, portanto, Deus “não está morto; ele foi incluído no destino

humano” (BENJAMIN, 2013, p. 22).

A inclusão de Deus no destino humano pelo capitalismo pode significar a sua inserção na esfera mítica da legalidade — conforme apresentado por Benjamin em *Destino e Caráter* —, o que significa a possibilidade de uma indistinção entre lei e vida e, conseqüentemente, a total administrabilidade dos seres (sobre)viventes e, além disso, “até a culpabilização final e total de Deus, até que seja alcançado o estado de desespero universal” (BENJAMIN, 2013, p. 22), o que implicaria no reconhecimento da religião não mais como a possibilidade de reforma do ser, mas, sim, o seu esfacelamento (BENJAMIN, 2013). Por conseguinte, na leitura de Giorgio Agamben, o capitalismo celebra um culto permanente cuja liturgia é o trabalho e o horizonte único de perspectiva é o dinheiro, portanto, “Deus não morreu, ele se tornou Dinheiro” (AGAMBEN, p. 2).

Ora, a partir de tais coordenadas é possível perceber as razões de alguns discursos e práticas políticas existentes no Brasil em comparação com outros locais do planeta. Enquanto em outras partes do mundo, também afetadas pela pandemia da Covid-19 e pela governamentalidade liberal, há um movimento para o auxílio a empresas — em especial as pequenas e médias —; e ao povo, com políticas que visam garantir emprego e renda, o que também é uma forma de salvar o capitalismo, de uma crise gerada por ele mesmo, tendo em vista que essa é uma característica habitual do sistema, conforme já denunciado por Marx e, também, por Mészáros. No Brasil, algumas lideranças políticas e do mundo dos negócios tratam a quarentena com desdém e, além disso, chegou-se mesmo a autorizar via medida provisória nº 927/2020 (medidas trabalhistas para enfrentamento da emergência de saúde pública decorrente do Coronavírus) a suspensão do pagamento de salários, sendo que, horas depois, a proposta normativa sofreu modificações, especialmente no artigo 18, tendo em vista o cálculo político feito a partir da repercussão negativa da medida de exceção. Eis aqui o que parece ser uma

nítida e nefasta herança cultural de um país que outrora foi reconhecido como o mais poderoso defensor dos territórios de escravidão do sul da América.

Para pensar a questão da pandemia em cenário brasileiro, a fim de contribuir para a construção de uma memória dos vencidos, não parece arbitrário imaginar em sentido genealógico que o espectro e o ancestral mais remoto a povoar determinados discursos e práticas governamentais dizem respeito à herança rural da relação entre casa grande e senzala, significa dizer, a imagem da relação entre senhores e escravos demarca os atores sociais de uma sociedade de linhagem escravocrata e, não obstante, encontra-se no subterrâneo biopolítico da sociabilidade brasileira. Conforme Roberto Schwarz qualquer debate no Brasil deve levar em consideração um ponto de partida incontornável, qual seja, o de que em terras brasileiras dominou a prática abominável da escravidão e de que em seu tempo “estávamos aquém da realidade a que esta se refere; éramos antes um fato moral, ‘impolítico e abominável’. Grande degradação, considerando-se que a ciência eram as Luzes, o Progresso, a Humanidade, etc” (SCHWARZ, 2014, p.47). O texto de Schwarz nos ajuda a perceber que no horizonte sombrio em que o aumento do domínio da exceção se anuncia sem cosméticos jurídicos, escuta-se ao longe o ribombar dos tambores de obscuros bárbaros negacionistas das Luzes, ou seja, da ciência e da racionalidade. Nesse linear, a senzala pode, portanto, ser o ponto de partida da memória dos vencidos, bem como ser caracterizada como um campo biopolítico em que se operava uma exclusão-inclusiva, ou seja, uma relação de exceção em que se exclui a vida dos escravos de toda proteção jurídica e a inclui na forma da lei como coisa (*res*) a ser apropriada; o que nos autoriza a reconhecer a senzala como um espaço de exceção e de indeterminação jurídica e submissão à vontade arbitrária do senhor, na qual deitam as raízes de alguns dos discursos e práticas políticas dos vencedores – ou para lembrar Raymundo Faoro, dos donos do poder —, no Brasil.

Diante do que restou dito até aqui, para a tradição dos oprimidos, torna-se imperioso reconhecer que a abolição da escravidão em 1888 não foi o fim dessa história. A recuperação da memória em sentido perspectivista da defesa das lutas populares no Brasil parece algo urgente em tempos de exceção e de assassinios da memória, pois para esses últimos à única forma de razão a ser admitida é a da racionalidade governamental, significa dizer uma nova razão de estado que, de acordo com Foucault, é uma *razão de estado mínimo* que encontra sua base de sustentação unicamente na verificação do mercado e sua jurisdição de fato na utilidade e, em sentido, teológico-político, trata-se de um culto permanente, cuja liturgia é o trabalho e o objeto é o lucro. Para melhorar nossa condição na luta política – inclusive contra o fascismo –, talvez seja mais importante para a tradição dos oprimidos, compreender, com Agamben que, já fazem alguns decênios, há uma relação umbilical entre crise e economia, desse modo, a exceção torna-se a regra de funcionamento normal do capitalismo em nosso tempo e “se trata de um funcionamento que nada tem de racional” (AGAMBEN, p. 1). Assim, Brecht nos alertava – no momento sombrio da Alemanha sob o domínio nazista –, no poema *Quando o crime acontece como a chuva que cai* que alguém chega a um balcão com uma carta após o horário de atendimento, mas “o balcão está fechado./ como alguém que quer prevenir a cidade contra uma inundação, mas fala outra língua: ele não é compreendido./ Como um mendigo que bate pela quinta vez numa porta onde já recebeu algo quatro vezes: pela quinta vez tem fome./ [...] Assim chegamos e relatamos que se cometem crimes contra nós./ Quando pela primeira vez foi relatado que nossos amigos estavam sendo mortos, houve um grito de horror./ Centenas foram mortos então./ Mas quando milhares foram mortos e a matança era sem fim, o silêncio tomou conta de tudo”. Logo, *Como eu não me importei com ninguém*, “Primeiro levaram os negros; Mas não me importei com isso; Eu não era negro /Em seguida levaram alguns operários;

Mas não me importei com isso; Eu também não era operário / Depois prenderam os miseráveis; Mas não me importei com isso; Porque eu não sou miserável; Depois agarraram uns desempregados; Mas como tenho meu emprego também não me importei; Agora estão me levando; Mas já é tarde; Como eu não me importei com ninguém; Ninguém se importa comigo”. Logo, Brecht nos convoca a notar que o leito do rio nos contém com força e violência, dessa maneira, talvez seja necessário considerar e tomar consciência de que a mudança só se fará pela via da memória da tradição dos oprimidos e da ação política, oportunidade em que poderemos nos assemelhar — como alerta Brecht —, à “corrente impetuosa” e “a tempestade que faz dobrar as bétulas”, ou seja, uma memória da dor, para a ação de uma potência destituente no presente e que pode constituir no futuro uma nova forma de sociabilidade.



REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AGAMBEN, Giorgio. Deus não morreu. Ele tornou-se dinheiro. Trad. Selvino J. Assmann. Disponível na internet: <http://www.ihu.unisinos.br/noticias/512966-giorgio-agamben>.
- BENJAMIN, Walter. *Capitalismo como religião*. Trad. Nélio Schneider; Renato Ribeiro Pompeu. São Paulo: Boitempo. 2013.
- BRECHT, Bertolt. *Poemas: 1913-1956*. Trad. Paulo Cesar Souza. São Paulo: Brasiliense. 1987.
- GIACCOIA JUNIOR, Oswaldo. Sonhos e pesadelos da razão esclarecida. In: *Dois pontos*. Curitiba; São Carlos, nº 8, pp. 9-47. 2003.
- _____. *Nietzsche: o humano como memória e como promessa*.

São Paulo: Vozes. 2013.

NIETZSCHE, Friedrich. Da utilidade e desvantagem da História para a vida. In: *Considerações extemporâneas. Obras incompletas*. Coleção os pensadores. Trad. Rubens Rodrigues Torres Filho. São Paulo: Abril Cultural. 1974.

SCHWARZ, Roberto. *As ideias fora do lugar*. São Paulo: Companhia das Letras. 2014.